
A MIGRAÇÃO DOS JOVENS DO ASSENTAMENTO PA TOBASA E AS CONSEQUÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO LOTE DA FAMÍLIA

Maria Neuza da Silva Oliveira¹
Maria Talita Vale dos Santos²

Resumo: A migração dos jovens do campo é um processo que ocorre em todo o território nacional e nas últimas décadas esse movimento tem sido mais intenso, conforme apontam as pesquisas sobre o tema. A saída desses sujeitos de suas localidades compromete a sucessão da agricultura campesina, uma vez que, reduz a mão de obra na propriedade da família. O objetivo geral deste estudo foi identificar as causas da migração dos jovens e as consequências para a produção no lote das famílias no Projeto de Assentamento PA Tobasa. A pesquisa é de natureza exploratória e os instrumentos utilizados na coleta de dados foram entrevistas aplicadas a jovens e moradores do assentamento, bem como, a servidores e estudantes da Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Padre Josimo - EFABIP, que fica próxima ao assentamento. A literatura utilizada teve como base teóricos como: Altafin (2007); Arroyo (2006); Castro (2009; 2013); Wanderley (2004); Sayad e Neiburg (1996); dentre outros. O trabalho poderá contribuir com reflexões sobre a migração desses sujeitos e a adoção de políticas públicas que contribuam para sua permanência no campo se assim o desejarem. O acesso a serviços como educação, novas tecnologias e oferta de atividades geradoras de renda, a exemplo de trabalhos cooperativos, são alternativas que poderiam contribuir para a permanência dos jovens que desejam permanecer no campo.

Palavras-chave: PA Tobasa; Migração; Juventude Campesina; EFABIP.

LA MIGRACIÓN DE JÓVENES DEL ASENTAMIENTO PA TOBASA Y LAS CONSECUENCIAS EN LA PRODUCCIÓN DEL LOTE FAMILIAR

Resumen: La migración de jóvenes del campo es un proceso que ocurre en todo el territorio nacional y en las últimas décadas este movimiento ha sido más intenso, según investigaciones sobre el tema. La salida de estos sujetos de sus localidades compromete la sucesión de la agricultura campesina, ya que reduce la mano de obra en la propiedad familiar. El objetivo general de este estudio fue identificar las causas de la migración juvenil y las consecuencias para la producción en la propiedad de las familias del Proyecto Asentamiento PA Tobasa. La investigación es de carácter exploratorio y los instrumentos utilizados en la recolección de datos fueron entrevistas aplicadas a jóvenes y habitantes del asentamiento, así como a servidores y estudiantes de la Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Padre Josimo - EFABIP, que está cerca del asentamiento. La literatura utilizada se basó en teorías como: Altafin (2007); Arroyo (2006); Castro (2009; 2013); Wanderley (2004); Sayad e Neiburg (1996); entre otras. El trabajo puede contribuir con reflexiones sobre la migración de estos sujetos sociales y la adopción de políticas públicas que contribuyan a su permanencia en el campo si así lo desean. El acceso a servicios como la educación, las nuevas tecnologías y la oferta de actividades generadoras de ingresos, como el trabajo cooperativo, son alternativas que podrían contribuir a la permanencia de los jóvenes que desean permanecer en el campo.

Palabras llave: PA Tobasa; Migración; Juventud Campesina; EFABIP.

¹ Doutorado em Desenvolvimento Sustentável - Gestão e Política Ambiental pela Universidade de Brasília (UnB). Professora Adjunta na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). E-mail: neuzaoliveira@unifesspa.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6630-454X>

² Licenciada em Educação do Campo - Área Ciências Agrárias e da Natureza pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Email: mariatalitavale@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2618-1041>

1 INTRODUÇÃO

As migrações do campo para as cidades no Brasil têm ocorrido desde o século XX, a intensificação desse fenômeno ocorreu nas décadas de 1960 a 1980 e recebeu o nome de êxodo rural. Segundo Camarano e Abramovay (1999), nesse período houve mais de 27 milhões de deslocamentos do meio rural para o urbano, sobretudo de mulheres e jovens. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) de 2015 mostram que 84,72% da população brasileira vivem em áreas urbanas e apenas 15,28 em áreas rurais, o dado aponta uma desproporção entre população urbana e rural. É nesse contexto de migração da juventude do campo que o presente estudo se situa.

Esse artigo é resultado de uma pesquisa realizada no assentamento PA Tobasa localizado no município de Esperantina - TO e tem como tema central a migração dos jovens do assentamento para as cidades. O objetivo geral do estudo foi identificar as causas da saída desses sujeitos do assentamento e as consequências para a produção no lote da família. Os objetivos específicos foram: apresentar o PA Tobasa e sua história, verificar as perspectivas dos jovens desse assentamento e apontar sugestões para sua permanência no campo. O estudo também dialogou com alguns representantes da Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Padre Josimo (EFABIP) localizada próxima ao assentamento, e verificou quais as suas perspectivas em relação à permanência dos jovens naquela comunidade. A referida instituição possui o curso técnico em Agroecologia que funciona no modelo da Pedagogia da Alternância, uma proposta educativa que busca trabalhar a interação entre o jovem do campo e o contexto que o cerca.

Quanto ao tema central da pesquisa cabe mencionar que a migração dos sujeitos sociais para uma determinada comunidade, região ou mesmo país ocorre desde tempos antigos. O Brasil, por exemplo, foi povoado por diferentes povos com tradições culturais, línguas e religiões bastante distintas o que contribuiu para a diversidade cultural desta nação (MARINUCCI; MILESE, 2002). Considerando esse contexto geral, pode-se dizer que o fenômeno migratório é comum nas sociedades humanas, no entanto, é importante buscar elementos para compreender as causas desse movimento, sobretudo quando o mesmo se apresenta de forma mais contundente abrangendo determinados segmentos sociais, neste caso os jovens do campo. Também é importante considerar que o fenômeno migratório deve ser compreendido a partir dos longos processo históricos dos países menos desenvolvidos do ponto de vista econômico, e as condições de existência de suas populações marginais na divisão internacional do trabalho. Cabe destacar que os processos migratórios possuem raízes no sistema colonialista do passado (SAYAD; NEIBURG, 1996).

O presente estudo é relevante, pois, no caso do PA Tobasa, existe de fato um processo migratório para o meio urbano em busca de melhores condições de vida, o que inclui emprego remunerado com carteira assinada, acesso à educação e a novas tecnologias, acesso ao lazer e outros

serviços que normalmente não são ofertados para as comunidades do campo. O interesse pelo tema surgiu a partir de observações realizadas no primeiro Tempo Comunidade - TC³, percebemos que existia um fenômeno migratório dos jovens e que esse processo trazia implicações para a produção familiar. Quanto aos procedimentos metodológicos, além de observações participante e da revisão literária, foram aplicados questionários a jovens e pais que moram no assentamento, bem como, a alguns servidores da escola família EFABIP.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Breve histórico do assentamento PA Tobasa⁴

O PA Tobasa teve início no ano de 1985, àquela época Esperantina pertencia ao estado de Goiás e era apenas um povoado do município de Buriti do Tocantins. A maioria dos moradores veio do estado do Maranhão, ao chegarem na localidade se organizaram e dividiram os lotes, que mediam entre cinco a dez alqueires⁵. A partir da divisão feita pelos próprios moradores o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) legalizou o Projeto de Assentamento (PA) Tobasa e realizou o cadastro dos assentados, o sindicato juntamente com a igreja católica e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) negociaram a compra das terras com o fazendeiro dono da propriedade. Ambas instituições tem um longo histórico de vinculação com os movimentos sociais de luta pela terra. De acordo com os moradores a conquista da terra ocorreu, em parte, pela mobilização do movimento Grito da Terra⁶.

Embora, historicamente, a região seja marcada por conflitos agrários, de acordo com os moradores entrevistados não houve grandes conflitos quando da ocupação das terras e legalização dos lotes. Esperantina está localizada numa área geográfica conhecida como Bico do Papagaio, onde o processo de expansão agrícola e de grandes latifúndios ocorreu através de grandes investimentos públicos ainda no governo militar. Os subsídios e incentivos fiscais do governo favoreceram grandes empreendimentos agropecuários capitalistas e fez crescer os conflitos agrários daquela localidade, houve muitas manifestações contrárias ao projeto que se convencionou chamar de modernizador e desenvolvimentista (OLIVEIRA; CRESTANI; STRASSBURG, 2014). Ocorreram alguns conflitos próximo ao assentamento PA Tobasa, pois desde àquela época, era comum se ouvir falar em confrontos entre acampados e fazendeiros por disputas de terra na região.

³ Tempo Comunidade é um processo educativo que articula a experiência acadêmica ou escolar com a experiência da vida diária dos sujeitos e das comunidades do campo. As pesquisas foram realizadas de 2014 a 2019.

⁴ Essas informações foram levantadas durante a primeira pesquisa de Tempo Comunidade-TC, realizada no ano de 2014, através de entrevista com moradores mais antigos da comunidade. Algumas informações foram atualizadas no ano 2019.

⁵ O tamanho do alqueire varia por região e estado, no caso da região norte 1 alqueire corresponde a 2,72 hectares.

⁶ Grito da terra é um ato realizado por várias entidades não governamentais, onde os agricultores ressaltam suas necessidades, em especial, a reforma agrária.

Nos anos de 1986 a 1987 o Incra começou o cadastro dos moradores, porém, foi necessário realizar uma seleção, pois, algumas pessoas que não atendiam aos requisitos queriam ficar com as terras, a exemplo de alguns comerciantes da redondeza, foram sessenta e duas (62) famílias assentadas no total.

Após as negociações entre governo e fazendeiro, por volta de 1992, os assentados conseguiram a demarcação dos lotes, houve a construção de estradas e de escolas, que eram serviços essenciais para a comunidade. Segundo relatos, àquela época tudo era muito difícil para os moradores, quando ocuparam as terras logo surgiram doenças como a malária e o hospital mais próximo ficava na cidade de São Sebastião a 45 km, a assistência médica era bastante precária. Em relação às instituições que haviam no início do assentamento podemos mencionar a escola municipal e uma igreja católica. As atividades predominantes eram o plantio de arroz, fava, mandioca, feijão, milho, amendoim, banana, cupu, bacuri, castanha do Pará, e a pesca base alimentar da população local.

Atualmente moram vinte e nove famílias no assentamento e apenas cinco são moradores da época de criação do PA Tobasa. A maioria dos lotes já pertenceu a mais de quatro proprietários, algumas famílias possuem a terra, mas moram na cidade, outras permanecem durante o dia em seus lotes e a noite vão para o meio urbano, e há aquelas que vão aos lotes somente aos finais de semana. Das famílias que moram no assentamento aproximadamente vinte visitam o lote somente aos finais de semanas, pois, são moradias para lazer e ainda há lotes que se encontram em estado de abandono. A situação descrita aponta que o modelo de reforma agrária implantado na região não foi capaz de fixar as famílias assentadas e não atendeu aos propósitos da reforma agrária, o que vai ao encontro das reflexões de Feitosa e Oliveira (2021), quando mencionam que:

A constituição das políticas agrárias na Amazônia brasileira esteve, na sua totalidade, alinhada ao modo de produção capitalista e à reforma agrária de mercado, alicerçada em políticas públicas pautadas no viés neoliberal, cuja finalidade é a manutenção da estrutura do capitalismo agrário, pois o capital se desenvolve extensivo e intensivamente sem fronteiras. (FEITOSA; OLIVEIRA, 2021, p. 23).

Cabe destacar que o processo histórico agrário na Amazônia se deu através da concentração de terras por grandes latifundiários e da luta dos trabalhadores sem-terra, que para adquirir um pedaço de chão tiveram que enfrentar muitos conflitos, no entanto esses trabalhadores não receberam do Estado os subsídios necessários para sua permanência nos lotes.

Quanto à educação ofertada na comunidade, atualmente não há escolas municipal ou estadual em funcionamento. A escola Municipal Castanhal que havia na comunidade fechou e segundo os moradores a prefeitura alegou que havia poucos estudantes na localidade, e para reduzir custos seria mais viável transferi-los para as escolas da cidade. É importante mencionar que os sujeitos do campo têm direito à educação em suas comunidades conforme a Lei de Diretrizes e Base

da Educação (LDB) de 1996, portanto, a justificativa não se sustenta do ponto de vista legal. É importante que as crianças e adolescentes estudem próximos às suas casas. É notório nos últimos anos o fechamento de escolas do campo tendo como justificativa a narrativa de que há poucos estudantes na localidade e que o estado precisa reduzir custos. Para Arroyo:

A escola do campo traz as marcas fundamentalmente dos sujeitos marcados pelas diferenças convertidas em desigualdades. Essa vergonha da desigualdade baseada nas diferenças sociais, raciais, étnicas, do campo acompanha toda nossa história da construção da escola do campo. (ARROYO, 2006, p.104).

Atualmente, pelo fato de não haver escolas no assentamento PA Tobasa as crianças em idade escolar frequentam creches e escolas das cidades próximas, que ficam cerca de 8 km ou mais do assentamento, dependendo da localização do lote. A escola EFABIP⁷ que oferta curso técnico de agroecologia⁸, também fica afastada do assentamento cerca de 15km. Essa instituição está localizada na cidade de Esperantina e funciona no modelo da Pedagogia da Alternância:

A Pedagogia da Alternância é compreendida como um processo formativo que considera uma diversidade de espaços, tempos e formadores. Na EFABIP a alternância acontece em duas etapas: uma semana na escola (Tempo Escola) e uma semana na comunidade (Tempo Comunidade), todo processo é articulado por meio dos instrumentos pedagógicos da Pedagogia da Alternância (EFABIP, 2021)⁹.

O curso técnico em agroecologia ofertado na EFABIP oferece a possibilidade para o jovem concluir o ensino médio e aprender uma profissão, bem como, conhecer sobre a agroecologia e os benefícios de se produzir de modo mais sustentável. A agroecologia permite a produção de alimentos saudáveis sem o uso de agrotóxicos para a família do camponês e o excedente pode ser comercializado, o que é uma alternativa de renda para quem vive no campo. Para Caporal (2009):

A agroecologia é um enfoque científico que oferece os princípios e metodologias para apoiar a transição do atual modelo de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis, buscando, num horizonte temporal, a construção de novos saberes socioambientais que alimentem um processo de transição agroecológica. (CAPORAL, 2009, p. 225).

Em 2019 a Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Pe. Josimo (EFABIP) possuía 143 estudantes - setenta e um (71) no ensino médio e setenta e dois (72) no ensino fundamental. A escola finalizou sua construção em 2012 e iniciou suas atividades letivas em 2016, ofertando o Ensino Fundamental (8º e 9º ano) e cursos técnico em agroecologia integrado ao Ensino Médio.

⁷ Disponível em: <https://efabip.com.br/sobre/>. Acesso: jul. 2021.

⁸ Agroecologia é uma ciência que oferece subsídios para produzir alimentos a partir de uma perspectiva ecológica, onde os limites do agro ecossistema são respeitados.

⁹ Disponível em: <https://efabip.com.br/sobre/>. Acesso: out. 2021.

2.2 Algumas considerações sobre agricultura familiar camponesa

Cabe pontuar que agricultura familiar é um conceito genérico que agrega uma diversidade de situações específicas e particulares, a exemplo da agricultura camponesa. No contexto das migrações esse segmento é um dos mais afetados por esse fenômeno. O êxodo rural na década de 1970 levou milhares de pequenos agricultores/as a abandonarem o campo em busca de melhores condições de vida. É considerado agricultor familiar quem exerce suas atividades no meio rural, a propriedade deve possuir área de até quatro módulos fiscais e a mão de obra e gestão da propriedade é realizada pelos membros da própria família. De acordo com a Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), os/as agricultores/as familiares comercializam apenas o excedente da produção, pois, o propósito primeiro é a alimentação da família. Na agricultura familiar camponesa o modo de lidar com a terra são conhecimentos passados de pai para filho e segue toda uma geração. Segundo Altafin (2007):

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, definem agricultura familiar da seguinte forma: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. (ALTAFIN, 2007, p. 16).

É fundamental que a agricultura familiar camponesa seja multifuncional e pluriativa, podendo exercer vários tipos de atividades econômicas tais: agricultura; artesanato; criação de animais; agroindústria; extrativismo dentre outras (WANDERLEY, 2004). Embora a agricultura familiar ocupe apenas 23% da área agrícola do país é responsável por uma parte significativa de alimentos que abastecem a população brasileira. Nas culturas permanentes, por exemplo, o segmento responde por 48% do valor da produção de café e banana; nas culturas temporárias é responsável por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão¹⁰ (IBGE, 2017).

Essas pequenas propriedades são relevantes não apenas do ponto de vista da produção agrícola, mas também do ponto de vista social por manter as famílias no campo e ambiental, por ser menos impactante se comparado à produção do agronegócio. Em parte, podemos dizer que a agricultura familiar camponesa produz de modo agroecológico, pois respeita os limites da natureza. Para Wanderley (2004) campesinato são grupos sociais que praticam a agricultura de base familiar:

O campesinato pode ser visto de uma maneira mais restrita, como uma forma social particular de organização da produção. Fala-se, neste caso, de uma agricultura camponesa,

¹⁰ Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>. Acesso: ago. 2021.

cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família. Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. (WANDERLEY, 2004, p. 45).

O campesinato está relacionado a uma cultura e conhecimentos que são repassados de pais para filhos, a exemplo do modo de cultivar a terra, de plantar e colher, a forma de selecionar e armazenar as sementes. Quando essa tradição é interrompida há uma ruptura na transmissão dos saberes tradicionais, o que pode afetar a sucessão dessa forma de produzir. No caso do PA Tobasa é notório que o fenômeno migratório já compromete a sucessão da agricultura familiar. Cabe informar que esse tópico não teve a intenção de esgotar e discutir com a profundidade necessária o tema agricultura familiar e camponesa, mas pontuar alguns aspectos que consideramos importantes neste segmento que não é apenas produtivo, mas um modo de vida dos sujeitos do campo.

2.3 Breves considerações sobre migração da juventude do campo

O conceito juventude pode ser entendido como uma forma de identidade social, mas em termos de políticas públicas e classificação da sociedade existe uma determinada faixa etária que é considerada como jovem, que vai dos 15 aos 29 anos. A Lei Nº 12.852 de 5 de agosto de 2013 instituiu o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas desse segmento da sociedade e o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve), (BRASIL, 2013). Nem sempre a juventude foi vista como sujeitos de direitos, somente em 2004 foi criada a Secretaria Nacional da Juventude e em 2013 o Estatuto da Juventude, um importante passo na busca de políticas públicas de apoio a esses sujeitos. Conforme organizações de apoio à juventude, a exemplo da Vivendo a Adolescência:

Faz pouco tempo que a juventude passou a ser reconhecida como um grupo com necessidades e particulares específicas. Isto significa que nem sempre os/as jovens foram identificados/as como sujeitos de direitos. Após a criação da Secretaria Nacional de Juventude em 2004, os/as próprios jovens levaram os governantes a perceberem a necessidades de garantia de seus direitos. Foi assim que em 2010, a palavra “juventude” foi agregada à Constituição Federal e em 2013 foi criado o Estatuto da Juventude representando um importante avanço na garantia dos direitos da juventude brasileira (VIVENDO A ADOLESCÊNCIA, 2021)¹¹.

A juventude é um período de muitas descobertas, dúvidas e tomada de decisões como por exemplo, a escolha profissional. Muitos jovens concluem o ensino médio e ingressam em um curso técnico ou superior, mas há jovens que não chegam a terminar a educação básica, e há aqueles que concluem a educação básica e não tem perspectivas em relação ao seu futuro profissional. Em se tratando da juventude do campo, para Zago e Bordignon (2012):

¹¹ Disponível em: <http://www.adolescencia.org.br/site-pt-br/estatuto-da-juventude>. Acesso: set. 2021.

O jovem de hoje se vê confrontado com diversas realidades, tanto em relação ao meio rural, associadas às condições concretas de trabalho e de identidade na profissão, quanto urbano e tudo o que este representa em termos simbólicos, enquanto possibilidades de lazer, renda regular, entre outros benefícios que avaliam poder usufruir. Dentre os que partem, cresce o número daqueles que ingressam no ensino superior na perspectiva de melhorar suas chances no mercado de trabalho e condições de vida, pela ampliação do capital cultural (ZAGO; BORDIGNON, 2012, p. 07).

É importante comentar que nem todo jovem que reside no campo tem o desejo de sair de sua comunidade, muitas vezes a migração ocorre pela falta de condições materiais para sua permanência no campo. Normalmente é na juventude que os sujeitos tomam decisões em relação ao seu futuro, o que implica em várias escolhas, se pretende cursar uma faculdade por exemplo, terá que optar pela saída do campo. Mas há jovens que escolhem morar na cidade por não se identificarem com o meio rural, e isso não é um problema uma vez que, as pessoas tem o direito e a liberdade de escolhas.

Os que optam por permanecerem no campo sabem que terão grandes desafios, pois, não existem muitas políticas públicas de apoio à juventude campesina. E se considerarmos as dimensões continentais e especificidades regionais do Brasil, seria preciso diversas políticas para atender esse segmento social e diverso. A maior parte da população brasileira reside no meio urbano, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) cerca de 84,72% dos brasileiros/as residem em cidades (PNAD, 2015)¹², mas ainda há 15,28% que residentes em áreas rurais e essa população precisa de políticas públicas de apoio às suas demandas.

A juventude campesina é constantemente associada ao fenômeno da migração do campo para as cidades, no entanto, é preciso observar que esse segmento durante muito tempo foi invisibilizado, não haviam espaços para ouvir suas demandas e suas perspectivas de vida. Observa-se que após a criação do estatuto da juventude em 2013 houve um protagonismo dos jovens do campo em busca de direitos e políticas de apoio às suas necessidades:

A juventude rural tem participado intensamente de todos os espaços de discussão sobre juventude e políticas públicas e marcou presença nas duas Conferências Nacionais de Juventude, realizadas em 2008 e 2011. Assim, uma parcela importante dessa população tem demonstrado que deseja permanecer no campo e nas florestas, mas quer poder viver sua juventude de forma plena, (MENEZES; STROPASOLAS; BARCELLOS, 2014, p. 16).

Cabe mencionar que entre 2007 e 2016 houve diversos eventos no âmbito nacional relacionados à organização política da juventude campesina, porém, observa-se que nos últimos anos esse movimento se reduziu, talvez, em função do momento político em que a sociedade brasileira vive ou mesmo a extinção de setores governamentais voltados, especificamente, à

¹² Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>. Acesso: ago. 2021.

agricultura familiar camponesa, a exemplo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) extinto em 2016.

Em observações e conversas com jovens do PA Tobasa verificamos que muitos querem migrar pois, consideram que o campo não oferece condições para sua permanência, na fala de um dos jovens entrevistado podemos fazer essa constatação: “tem algumas pessoas que terminam os estudos e aqui não tem serviço, eles vão embora para trabalhar para ganhar dinheiro para ajudarem os pais”. Também há jovens que consideram o campo como lugar “atrasado” e querem ir para a cidade em busca daquilo que consideram “moderno”. Para Zago e Bordignon (2012):

A saída dos jovens do campo para a cidade se deve também à busca pelo “moderno”, o que caracteriza a visão sobre o rural como atrasado ou primitivo, fazendo o jovem deste meio querer entrar nos “moldes” da juventude urbana (“moderna”) para não ser visto ou não se ver como atrasado ou “inferior”. Para isso, muitas vezes o jovem camponês busca se apropriar de novas tecnologias e do conhecimento acadêmico. (ZAGO; BORDIGNON, 2012, p. 5).

Quanto ao acesso à educação estudos mostram que os jovens do campo têm menos anos de escolaridade do que os jovens das cidades, é comum nas escolas do campo a oferta de no máximo o primeiro ciclo do ensino fundamental, o que não atende às necessidades desses sujeitos e eles acabam abandonando a escola ou o campo (CASTRO, 2009). No caso do PA Tobasa observamos que é preciso um conjunto de políticas públicas para atender às demandas dos jovens tais como: acesso à saúde, à educação, acesso as novas tecnologias, lazer, dentre outros serviços.

3 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como exploratória, pois segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 52), “a pesquisa exploratória em geral, envolve: levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, análise de exemplos que estimulem a compreensão”. O levantamento dos dados ocorreu através de entrevistas com sujeitos da localidade, bem como, busca de dados secundários e da análise documental.

As entrevistas foram realizadas com os seguintes sujeitos da localidade: Quatro moradores mais antigos do PA Tobasa, sete jovens que estudam na EFABIP, cinco jovens que estudam no colégio Estadual Joaquina Maria da Silva, dois jovens que já concluíram o ensino médio e dois jovens que não concluíram a educação básica. As entrevistas foram realizadas entre os anos 2017 e 2018. Também foram entrevistadas duas professoras da EFABIP e uma funcionária no ano de 2019. O objetivo das entrevistas foi verificar a relevância da instituição para a juventude daquela comunidade. Ao todo foram entrevistados 16 jovens, 4 moradores mais antigos da comunidade e 3 servidores da EFABI, totalizando 23 entrevistados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observamos que no PA Tobasa desde o ano de 2014 houve uma redução dos filhos/as que moravam com os pais e ajudavam nas atividades do lote da família. Em relação às famílias que ainda possui jovens em casa, foram realizadas entrevistas com quatro pais entre 2017 e 2018, procuramos saber as seguintes informações: qual a principal demanda da produção, qual a principal fonte de sustento da família, quantidade de filhos, quantos ainda moram no lote e se ajudavam na produção. No caso de jovens que migraram procuramos verificar se a saída do filho/a interferiu na produção e se houve aumento ou diminuição da produção nos últimos quatro anos. De acordo com todos os entrevistados a principal demanda da produção é para o sustento da família, o excedente é vendido no comércio local. Para três entrevistados a principal fonte de renda vem da propriedade, um dos entrevistados possui aposentadoria. A quantidade de filhos varia de três a nove por família. Todos afirmaram que os jovens ajudavam nas atividades do lote. Atualmente duas destas famílias não tem filhos vivendo no lote, as demais responderam que parte dos filhos se casaram ou saíram para outra localidade, o que prejudicou as atividades familiar. Para os quatro entrevistados houve redução da produção nos últimos quatro anos, em parte pela diminuição da mão de obra que era dos filhos, com o avanço da idade e migração dos seus descendentes não conseguem mais desenvolver as atividades como antes, conforme a fala de um dos pais “a plantação mudou porque fiquei velho e as forças acabaram, hoje planto mais para o consumo, apenas umas 2 linhas de plantio”.

Em relação as entrevistas realizadas com jovens que ainda vivem no assentamento (cinco homens e duas mulheres) e sete jovens que estudam na Escola Família EFABIPI, procuramos verificar as seguintes questões: qual seu entendimento sobre o que é trabalho, quais tipos de trabalho há no assentamento, se ajudam nas atividades do lote, se pretendem cursar faculdade, se gostam de viver no assentamento, se pretendem permanecer no assentamento e quais perspectivas possuem em relação ao futuro. Dos jovens que não estudam na EFABIP seis já concluíram o ensino médio, algum curso técnico ou ainda estão estudando. Um dos jovens que não concluiu a educação básica disse não estuda por preguiça. Em relação ao entendimento sobre o conceito trabalho, a maioria dos jovens entrevistados relaciona o conceito às atividades realizadas no lote, bem como, às atividades remuneradas fora do lote. Quando perguntados sobre as formas de trabalho ofertadas no assentamento todos mencionaram: capinar, plantar, colher e cuidar de animais. Em relação à pergunta se eles/as contribuem nas atividades do lote, a maioria respondeu que sim, mesmo aqueles que estudam procuram ajudar nas atividades agrícolas e domésticas. Desse grupo de entrevistados apenas uma jovem disse pretender cursar faculdade.

Quando questionados se gostam de viver no campo a maioria respondeu positivamente, principalmente em função da paz e da tranquilidade, bem como, da qualidade de vida que o campo oferece. Em relação à sua permanência no lote, três jovens responderam que sim, os demais

disseram que pretendem sair. Quando perguntados sobre as expectativas em relação ao campo todos disseram esperar melhorias, terra fértil e que possam colher bons frutos. Sobre as perspectivas em relação ao campo todos disseram não ter perspectivas, a maioria dos entrevistados pretendem sair do lote em busca de “melhoraria de vida”.

Em relação aos sete jovens que estudam na EFABIP cabe informar que nem todos vivem no PA Tobasa, mas todos moram em comunidades do campo. Foi interessante observar que nesse grupo as perspectivas em relação ao campo são boas, em quase todas as respostas. Quando questionados se contribuem com as tarefas do lote a maioria respondeu que sim. Seis jovens pretendem continuar no lote quando concluírem o curso de agroecologia. As expectativas em relação ao campo é que possa desenvolver de forma mais sustentável, que seja fonte de renda para os assentados para que as famílias tenham condições de tirar o sustento do próprio lote.

A maioria dos jovens que estudam na EFABIPE pretende cursar faculdade, como Medicina Veterinária, Engenharia Agrônoma, Administração, Psicologia, Agroecologia, Pedagogia, Direito. Podemos perceber que os entrevistados tem o desejo de ampliar seus estudos, porém, conforme Castro (2009), os jovens que vivem no campo geralmente têm menos escolarização do que os jovens da cidade. E se fizermos uma comparação por gênero, percebemos que as mulheres possuem mais tempo de estudo do que os homens. Alguns jovens responderam que pretendem continuar no lote como foi repassado de pai para filho, mas que também, pretendem ampliar os estudos e voltar para a propriedade familiar. Alguns dos entrevistados responderam que os jovens de hoje em dia não sabem o que realmente querem da vida, o que coaduna com as reflexões de Zago e Bordignon (2012) quando afirmam que os jovens de hoje se deparam com vários confrontos. Todos os jovens entrevistados que estudam na EFABIPI consideram a escola uma importante instituição para a comunidade, e conforme a fala de uma servidora da escola:

A escola contribui para o fortalecimento da identidade camponesa, lugar de aprendizado e compartilhamento de experiências vivenciada em suas propriedades e comunidade através das atividades tempo comunidade e da convivência mais próxima da escola com a família do educando. O estudante camponês não é visto como um sujeito marginalizado e sim como portador de saberes sociais e o conhecimento alicerçados nesses saberes levando em consideração o contexto e a realidade em que está inserida.

(Fala de uma servidora da EFABIPI).

Quando perguntado aos sete jovens quais perspectivas tinham sobre o futuro e se pretendem continuar no lote da família, cinco responderam positivamente, dois pretendem sair, pois, não se identificam com o campo. Todos os entrevistados disseram ajudar nas tarefas do lote. De acordo com os jovens faltam políticas públicas voltada à sua permanência no campo e que é necessário incentivo e condições para a prática de uma agricultura mais sustentável. Esses jovens almejam que a agroecologia seja adotada por todos da comunidade.

Uma das estudantes entrevistada pretende estudar e retornar ao lote para dar continuidade às atividades da família, conforme o fragmento seguinte: “*tem algumas pessoas que terminam os estudos e como não tem serviço eles vão embora para trabalhar para ganhar dinheiro e ajudar os pais, mas pretendo voltar para o lote*” (J, 2018). A maioria dos jovens que estuda na Escola Família pretende cursar faculdade para ter melhores oportunidades de trabalho, o que reflete o pensamento de Zago e Bordignon (2012), quando afirmam que a juventude camponesa procura o ensino superior na busca de melhores chances no mercado e trabalho.

No caso do PA Tobasa, observamos que na primeira pesquisa de Tempo Comunidade em 2014, havia uma quantidade maior de filhos/as que não estavam, necessariamente, na faixa etária de jovens, vivendo com seus pais. Em 2019 ao fazer a atualização dos dados havia apenas quinze (15) filhos/as vivendo no assentamento, muitos migraram para as cidades em busca de estudo, lazer, atrativos culturais ou outro motivo, isso aponta que de fato existe um fenômeno migratório dos jovens do assentamento.

Em relação à entrevista com duas professoras e uma servidora da EFABIP em 2018, procuramos saber qual a importância da escola para os jovens e se a metodologia praticada dialoga com a realidade dos alunos, bem como, qual a importância da EFABIP para aquela comunidade. Segundo as entrevistadas a escola procura trazer os estudantes, seus familiares e a comunidade para interagir com a escola. A escola está formando cidadãos não apenas para o mundo do trabalho, mas para a vida, pois a proposta da escola família é formar sujeitos de um modo integral. Uma das entrevistadas respondeu que é através da escola que os jovens aprendem a ter conhecimento do mundo e se tornam sujeitos importantes para o desenvolvimento da própria comunidade. Segundo as entrevistadas a comunidade participa ativamente na proposição e realização das atividades pedagógicas da instituição, através do acompanhamento da vida escolar dos estudantes, das reuniões e dos trabalhos escolares. E que não dificuldades de diálogo entre a escola e a comunidade e sim uma relação harmônica entre ambas.

Em relação às práticas pedagógicas utilizadas na escola, estas influenciam a realidade da comunidade através de estudos feitos no campo, buscando a realidade da vida cotidiana do considera que os aprendizados proporcionados pela escola são levados para o núcleo familiar e são uteis para a vida prática dos estudantes. Essa constatação demonstra que os conhecimentos assimilados pelos estudantes ultrapassam os muros da escola. Interessante observar que as Escolas Famílias Agrícolas trabalham numa outra perspectiva se comparadas às demais instituições de educação escolar. Os valores e princípios da pedagogia da alternância é a base dessas escolas. Por sua natureza a família e a comunidade não podem estar separadas da escola e vice versa, os saberes dos sujeitos, também, são importantes na elaboração de novos saberes. Essa reflexão nos lembra

Arroyo (2006) quando diz que o camponês, também, carrega o seu saber e que é importante incorporá-lo ao currículo da escola.

Quando questionado sobre a importância da EFABIP na vida dos jovens, as entrevistadas destacaram: O fortalecimento da identidade camponesa, um lugar de aprendizado e compartilhamento de experiências vivenciada em suas propriedades e na comunidade através das atividades do tempo comunidade, e da convivência mais próxima da escola com a família do educando. Na EFABIP o estudante camponês não é visto como um sujeito marginalizado e sim como portador de saberes sociais, o conhecimento é alicerçado nesses saberes levando em consideração o contexto e a realidade em que o jovem está inserido.

As entrevistadas ressaltaram ainda que o curso de agroecologia ajuda a despertar no jovem o interesse em permanecer em seus lotes, pois, apresenta uma outra forma de ver e viver o e no campo. No período do Tempo Escola os alunos assistem aulas teóricas e práticas, são acompanhados por professores orientadores das atividades. Também foi mencionado que a principal missão da escola é contribuir com a sucessão da agricultura familiar camponesa, bem como, eliminar a imagem negativa e penosa do trabalho na agricultura, é preciso promover o empoderamento dos jovens na busca de políticas públicas que promovam sua emancipação econômica e social.

Para as entrevistadas a construção de parcerias com sindicatos e outras organizações para elaboração de projetos produtivos que gere renda na propriedade, também, é um ponto importante de ser ressaltado. Um exemplo mencionado foi do projeto chamado Semeando Agroecologia, que incentiva a participação dos estudantes em eventos que discutem sobre políticas públicas para o homem, mulher e jovem do campo, bem como: Melhorar a comunicação para a juventude ter conhecimento dos cursos superiores oferecidos nas instituições que ofertam cursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), incentivar o desenvolvimento de trabalhos cooperativos, melhorar o acesso a tecnologias (internet e processos produtivos), promover o incentivo à sucessão familiar, trabalhar o diálogo para diminuir a divergência de ideias na família, e promover o fortalecimento do vínculo com a terra e identidade camponesa.

Em relação às entrevistas com os estudantes e professoras/servidora da EFABIP pode-se perceber que o campo é visto de modo diferente dos demais entrevistados. Os alunos da EFABIP manifestaram o interesse em continuar no campo e trabalhar nos lotes. Talvez essa maneira positiva de pensar e de ver o campo provavelmente está relacionada à filosofia e propostas das escolas famílias agrícolas, que tem como principal objetivo a interação escola-família, onde ambos os ambientes são vistos como espaços de aprendizado contínuo e valorização do campo e dos seus sujeitos. Foi verificado que há um processo migratório dos jovens do PA Tobasa e que esse fenômeno contribui com a redução da produção do lote da família. Os jovens migram nem sempre

porque desejam sair do campo, mas em busca de melhores condições de vida, acesso a tecnologias, educação e lazer.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou que de fato há a um fenômeno migratório dos jovens do PA Tobasa o que contribui com a redução da produção do lote familiar. As causas da migração relacionam-se com a busca de melhores condições de vida, acesso a novas tecnologias, educação, independência financeira, lazer e atrativos culturais. Com o envelhecimento dos pais e a migração dos filhos a tendência é a ruptura da sucessão da agricultura da unidade familiar.

O objetivo da pesquisa foi alcançado e nos faz refletir sobre a necessidade de criação e aplicação de políticas públicas voltadas à juventude do campo, para auxiliar aqueles que queiram permanecer no campo e contribuir com a sucessão da agricultura familiar campesina. Vale ressaltar que os jovens tem todo o direito de saírem do campo, caso queiram, no entanto há aqueles/as que pretendem permanecer nas suas comunidades de origem. É importante que haja maior valorização do campo, de sua cultura e de seus sujeitos pela sociedade como um todo.

Os jovens estudantes da EFEBIP que foram entrevistados disseram que pretendem permanecer nos lotes e tem melhores perspectivas em relação ao campo e ao futuro se comparados aos outros jovens entrevistados. Esperamos que este trabalho possa trazer alguma contribuição no debate sobre a migração da juventude campesina

REFERÊNCIAS

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. 3º Módulo do Curso Regional de Formação Político-sindical da região Nordeste.** 2007. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-alfafin---2007.pdf>. Acesso em: ago. 2021.

ARROYO, Miguel Gonzales. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. *In*: MOLINA, Mônica C. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

BRASIL. **Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: dez. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 12.852, de 5 agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: dez. 2020.

CAMARANO, Ana Amelia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos.** Ruo de Janeiro: IPEA, 1999. Disponível

- em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3929. Acesso em: dez. 2021.
- CAPORAL, Francisco Roberto. **Extensão Rural e Agroecologia**: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Brasília, 2009.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural no Brasil**: processos de exclusão e a construção de um ator político. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rllcs/v7n1/v7n1a08.pdf>. Acesso em: dez. 2020.
- FEITOSA, Osmiriz L.; OLIVEIRA, Selma S. B. de. A lógica da reforma agrária na Amazônia brasileira: uma política pública para atender ao capital. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, v. 24, n. 56, p. 113-138, Jan.-Abr./2021.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>. Acesso em: ago. 2021.
- MARINUCCI, Roberto; MILESI, I. Rosita. **O fenômeno migratório no Brasil**. Instituto Migrações e direitos humanos e Centro Scalabriano de Estudos Migratórios. Brasília-DF, 2002.
- MENEZES, Marilda A. de; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, Sergio B. **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. - Brasília: Presidência da República, 2014. 268 p. (Coleção juventude. Série estudos). Co-edição com o NEAD/MDA e IICA.
- OLIVEIRA, Nilton Marques de; CRESTANI, Leandro de Araújo; STRASSBURG, Udo. Conflitos Agrários no Bico do Papagaio, Tocantins. **Revista IDEAS**, v. 8, n. 2, p. 104-134, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/mneuz/Downloads/Dialnet-ConflitosAgrariosNoBicoDoPapagaioTocantins-7517436.pdf>. Acesso em: dez. 2021.
- PNAD. **População rural e urbana**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana>. Acesso em: dez. 2021.
- PRODANOV, Cleber C. e FREITAS, Cesar E. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. - Novo Hamburgo: Feevale. 2013.
- SAYAD, Abdelmalek; NEIBURG, Federico. **Colonialismo e migrações - entrevista a Abdelmalek Sayad**. Mana: Estudos de Antropologia Social, 1996, p. 155-170
- TAFFAREL, Celi Zulke; MUNARIM, Antonio. Pátria educadora e fechamento de escolas do campo: o crime continua. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 17, n. 35, p. 41-51, maio/ago. 2015.
- WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. **Agricultura familiar e campesinato**: rupturas e continuidade. Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ. 2004.
- ZAGO, Nadir; BORDIGNON, Cristina. Juventude rural no contexto da agricultura familiar: migração e investimento nos estudos. *In*: ANPED Sul Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 9. 2012. **Anais [...]**. 2012.

